



**Demonstrações
Financeiras**

Exercícios findos em 31 de dezembro de
2017 e 2016

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

<u>Ativo</u>	Nota Explicativa	2017	2016		Nota	2017	2016
<u>Circulante</u>				<u>Passivo e Patrimônio Social</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.853.865,14	9.324.519,91	<u>Circulante</u>			
Aluguéis a receber	5	160.475,04	160.475,06	Salários e encargos sociais	7	776.159,84	971.532,50
Bens destinados à venda	16	1.251.143,67	-	Contas a pagar	8	137.584,14	419.320,19
Outros ativos		-	20.548,45	Impostos a pagar		644,03	10.990,38
		7.265.483,85	9.505.543,42	Passivo Circulante		914.388,01	1.401.843,07
<u>Não Circulante</u>				Patrimônio Social		9.384.076,38	9.384.076,38
Imobilizado	6	16.415,19	1.665.520,90	Superavit(Deficit) Acumulados		385.144,87	498.259,25
		16.415,19	1.665.520,90	Superavit(Deficit) do Exercício		(3.401.710,22)	(113.114,38)
				Patrimônio Social	11	6.367.511,03	9.769.221,25
Total do Ativo		7.281.899,04	11.171.064,32	Total do Passivo e Patrimônio Social		7.281.899,04	11.171.064,32

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT E DEFICIT DO PERÍODO - 31/12/2017 e 31/12/2016
(Em Reais)

<u>Nota Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Receitas de Doações	2.101.327,28	6.312.963,10
Receitas Financeiras	736.610,37	1.106.321,49
Receitas de Aluguéis	1.925.700,48	2.676.529,68
Receitas de Trabalhos Voluntários	209.114,41	280.613,18
Total das receitas	4.972.752,54	10.376.427,45
Despesas		
Prêmio Fundação Bunge	1.183.407,99	1.358.342,40
Centro de Memória Bunge	1.196.487,89	1.515.105,04
Semear Leitores - Voluntariado	722.503,81	1.402.349,14
Fundação Bunge 60 anos	-	-
Comunicação	681.077,10	712.966,16
Comunidade Integrada - Pará	908.630,24	1.034.502,00
Conhecer para Sutar	-	-
Comunidade Integrada - Tocantins	-	51.670,49
Despesas Gerais	3.507.250,16	4.057.849,35
- Depreciação e Amortização	397.962,04	433.295,33
- Gastos Administrativos	1.330.260,06	822.344,64
- Gastos com Pessoal	1.554.083,93	1.585.972,77
- Gastos com Tabalhos Voluntários	209.114,41	280.613,18
- Retrofit CENESP	15.829,72	935.623,43
Despesas Tributárias	128.934,23	322.041,62
Despesas Financeiras	2.819,76	2.114,04
Outras despesas operacionais	43.351,58	32.601,69
Total das despesas	8.374.462,76	10.489.541,93
Superavit/(Deficit) do Exercício	(3.401.710,22)	(113.114,48)

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO DE 01/01/2017 À 31/12/2017

(Em Reais)

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	Acumulado
Receitas													
Receita de Doações das Mantenedor	-	30.150,00	820.000,00	-	1.251.177,28								2.101.327,28
Receitas Financeiras	93.692,40	71.262,24	88.625,26	64.843,39	73.174,54	67.024,42	62.765,54	60.975,34	46.878,35	41.611,27	34.408,10	31.349,52	736.610,37
Receitas de Juros	93.692,40	71.262,24	88.625,26	64.843,39	73.174,54	67.024,42	62.501,54	60.975,34	46.878,35	41.840,42	34.408,10	31.349,52	736.575,52
Outras	-	-	-	-	-	-	264,00	-	-	(229,15)	-	-	34,85
Receita de Aluguéis	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	160.475,04	-	320.950,08	1.925.700,48
	254.167,44	261.887,28	1.069.100,30	225.318,43	1.484.826,86	227.499,46	223.240,58	221.450,38	207.353,39	202.086,31	34.408,10	352.299,60	4.763.638,13
Despesas													
Prêmio Fundação Bunge	10.529,38	2.640,00	11.858,44	64.367,42	24.729,82	50.476,21	56.778,06	87.400,33	799.403,96	73.688,00	1.536,37		1.183.407,99
Centro de Memória	129.346,34	70.727,35	226.655,72	65.067,16	148.778,07	90.795,51	106.239,02	72.205,57	86.392,67	127.764,57	38.182,08	34.333,83	1.196.487,89
Semear Leitores - Voluntariado	32.721,87	27.425,27	216.323,32	39.578,42	68.606,91	47.439,18	75.010,77	47.677,58	41.004,48	63.612,86	37.791,14	25.312,01	722.503,81
Comunicação	38.293,06	45.290,34	133.245,11	10.913,21	73.602,02	31.043,83	58.869,00	56.225,18	64.013,06	72.630,17	40.758,95	56.193,17	681.077,10
Comunidade Integrada - Pará	22.483,71	53.132,40	122.436,93	62.326,38	137.660,26	79.409,84	76.284,28	75.314,89	27.564,43	165.580,84	64.900,25	21.536,03	908.630,24
Comunidade Integrada - Tocantins													-
Despesas Gerais	271.305,42	248.421,27	583.979,71	111.764,08	387.412,95	181.875,62	289.487,38	245.576,10	277.808,70	221.114,94	208.021,22	271.368,36	3.298.135,75
- Depreciação e Amortização	36.208,16	36.207,72	36.208,15	36.124,16	36.124,65	36.124,19	36.124,62	36.124,22	36.124,59	36.124,20	36.107,36	360,02	397.962,04
- Gastos Administrativos	136.215,78	71.694,78	73.368,80	191.256,82	166.931,15	76.687,27	139.195,69	78.300,27	99.872,51	66.344,20	75.949,04	154.443,75	1.330.260,06
- Gastos com Pessoal	98.881,48	140.518,77	458.573,04	115.616,90	184.357,15	69.064,16	114.167,07	131.151,61	141.811,60	118.646,54	95.964,82	116.564,59	1.554.083,93
- Retrofit CENESP	-	-	15.829,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.829,72
Despesas Tributárias	14.750,20	11.994,58	18.068,83	13.209,00	5.637,46	(130.922,81)	158.750,76	7.868,08	9.002,05	7.150,96	10.438,74	2.986,38	128.934,23
IOF	172,03	(1.067,55)	75,47	30,51	-6,65	16,2	2.888,75	-1.917,15	1.327,21	-1.268,16	23,69	805,75	1.080,10
IRRF S/ Aplic. Financeira	14.578,17	13.062,13	17.993,36	13.178,49	5.644,11	(130.939,01)	155.862,01	9.785,23	7.674,84	8.419,12	10.415,05	2.180,63	127.854,13
Despesas Financeiras	211,00	193,10	184,15	219,96	219,96	174,50	205,84	216,90	233,70	228,25	266,20	466,20	2.819,76
Juros e Despesas Bancárias	211	193,1	184,15	219,96	219,96	174,5	205,84	216,9	233,7	228,25	266,2	466,2	2.819,76
Outras Despesas Operacionais	337,51	666,09	46,53	364,41	29.849,72	11.874,00	58,26	55,57	5,61	47,66	46,22	-	43.351,58
Outras Despesas Operacionais	337,51	666,09	46,53	364,41	29.849,72	11.874	58,26	55,57	5,61	47,66	46,22	0	43.351,58
	519.978,49	460.490,40	1.312.798,74	367.810,04	876.497,17	362.165,88	821.683,37	592.540,20	1.305.428,66	731.818,25	401.941,17	412.195,98	8.165.348,35
Superávit/(Déficit) do Exercício	(265.811,05)	(198.603,12)	(243.698,44)	(142.491,61)	608.329,69	(134.666,42)	(598.442,79)	(371.089,82)	(1.098.075,27)	(529.731,94)	(367.533,07)	(59.896,38)	(3.401.710,22)

FUNDAÇÃO BUNGE
C.N.P.J. 61.074.191/0001-20
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2017
(Em Reais)

	<u>Patrimônio</u> <u>Social</u>	<u>Superávits ou Déficits</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	9.384.076,38	498.259,35	9.882.335,73
Deficit do exercício	-	(113.114,48)	(113.114,48)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.384.076,38	385.144,87	9.769.221,25
Deficit do exercício	-	(3.401.710,22)	(3.401.710,22)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	9.384.076,38	(3.016.565,35)	6.367.511,03

FUNDAÇÃO BUNGE
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		(3.401.710,22)	(113.114,48)
Ajustes para reconciliar o superávit (Déficit) do exercício com caixa e equivalentes de caixa		-	
líquidos gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação		397.962,04	433.295,33
		(3.003.748,18)	320.180,85
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aluguéis a receber		0,02	250.276,38
Demais contas a receber		20.548,45	141.317,16
Outros ativos			
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Contas a Pagar		(195.372,66)	(355.355,51)
Salários e Encargos Sociais		(281.736,05)	(146.535,69)
Impostos a Pagar		(10.346,35)	8.511,86
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		(3.470.654,77)	218.395,05
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		-	18.000,01
Disponibilidades líquidas (geradas) aplicadas nas atividades de investimento		-	18.000,01
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.470.654,77)	200.395,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Início do exercício		9.324.519,91	9.124.124,87
Fim do exercício		5.853.865,14	9.324.519,91
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.470.654,77)	200.395,04

FUNDAÇÃO BUNGE
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS	2.101.327,28	6.312.963,10
Receitas de doações	2.101.327,28	6.312.963,10
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.583.702,42)	(5.797.070,91)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.583.702,42)	(5.797.070,91)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.482.375,14)	515.892,19
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(397.962,04)	(433.295,33)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO / (CONSUMIDO) PELA ENTIDADE	(1.880.337,18)	82.596,86
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.662.310,85	3.782.851,17
Receitas financeiras	736.610,37	1.106.321,49
Receitas de aluguéis	1.925.700,48	2.676.529,68
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	781.973,67	3.865.448,03
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	781.973,67	3.865.448,03
Empregados	2.512.290,72	2.657.744,53
Remuneração direta	1.947.694,25	2.119.172,88
Benefícios	409.168,32	369.254,79
F.G.T.S.	155.428,15	169.316,86
Tributos	812.939,13	915.205,34
Impostos, taxas e contribuições	812.939,13	915.205,34
I.N.S.S.	543.872,51	508.040,83
P.I.S. s/ folha de pagamento	11.873,05	30.858,11
IRRF s/ aplicações financeiras	127.854,13	315.847,16
Impostos e taxas	129.339,44	60.459,24
Remuneração de capitais de terceiros	858.454,04	405.612,64
Juros e outras financeiras	35.320,13	10.052,08
Aluguéis	823.133,91	395.560,56
Remuneração de capitais próprios	(3.401.710,22)	(113.114,48)
Superávit (Déficit) do exercício	(3.401.710,22)	(113.114,48)

Fundação Bunge

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Atividades preponderantes:

A Fundação tem como fins: a) promover anualmente a concessão de prêmios de estímulo à produção intelectual, denominados Prêmio Fundação Bunge e Prêmio Fundação Bunge Juventude, de acordo com os objetivos da sua instituição e na forma do Regulamento dos Prêmios; b) promover e patrocinar quaisquer outras atividades culturais, assistenciais e socioambientais.

Entidade social da Bunge Brasil, a Fundação Bunge foi criada em 1955. Reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Federal 44.660 de 18 de outubro de 1958 e pela lei estadual 5132 de 07 de janeiro de 1959.

Tendo como foco principal a área de educação, iniciou suas atividades buscando incentivar as Ciências, Letras e Artes no País. Desde então, ampliou seu escopo de atuação, desenvolvendo ações de formação de educadores, voluntariado corporativo em escolas da rede pública e preservação de memória empresarial.

» Missão

Contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio de ações que valorizem o avanço da ciência, a educação e a conservação dos recursos naturais.

» Visão

Valorizar a pessoa como agente de transformação para a construção de uma sociedade sustentável.

b) Valores:

» Integridade

» Respeito à diversidade

» Parceria

» Cidadania

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, as quais abrangem a legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência, com exceção das receitas de contribuições, uma vez que, por não ter fins lucrativos, a Entidade auferida das Empresas Mantenedoras parte substancial de suas receitas de contribuições, sendo registradas contabilmente quando do seu efetivo recebimento em caixa.

As receitas de aluguéis são reconhecidas no resultado de acordo com a competência do exercício, de forma linear, mediante valores acordados nos correspondentes contratos de aluguel.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

c) Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são registrados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, que não excede ao valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber

Registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Administração avalia o risco de realização dos créditos e, quando necessário, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

f) Imobilizado

Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação tem início quando o imobilizado começa a ser utilizado.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada período de relatório, o valor contábil dos ativos é revisado para determinar se há alguma indicação de que eles sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

h) Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Provisões

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, em que é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j) Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a Fundação optou pela aplicação das disposições integrais das Seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação possuía somente instrumentos financeiros básicos. Dessa forma, a Seção 12 do referido pronunciamento técnico torna-se não aplicável, haja vista referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A Seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e as contas a receber (nota explicativa nº 5).

Passivos financeiros

Não foram identificados passivos financeiros; no entanto, se fossem identificados, estes seriam reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias, multas e juros, além de imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

l) Tributação

A Entidade não tem fins lucrativos e é isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacam-se os seguintes: (a) Programa de Integração Social - PIS: contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; e (b) COFINS: isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social e sobre as receitas financeiras e de aluguel segundo a legislação vigente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	77.592,55	55.810,54
Aplicações financeiras	<u>5.776.272,59</u>	<u>9.268.709,37</u>
Total	<u><u>5.853.865</u></u>	<u><u>9.324.520</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por debêntures do Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, remuneradas por taxas de 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e por uma aplicação automática do Banco Itaú S.A. por meio de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs com rentabilidade crescente de acordo com o tempo de permanência dos recursos em conta corrente. Os resgates ocorrem automaticamente sempre que a conta corrente apresentar saldo negativo e a aplicação for totalmente garantida pelo Banco Itaú S.A.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aluguel - Bunge Alimentos S.A.	<u>160.475,04</u>	<u>160.475,06</u>
Total	<u>160.475,04</u>	<u>160.475,06</u>

O saldo total das contas a receber refere-se ao aluguel de dois andares do Centro Empresarial - CENESP, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo - SP, estando um dos andares disponível para locação e o outro locado, até 31.12.2017 para a empresa Bunge Alimentos S.A., uma das mantenedoras da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2017, não havia saldo de contas a receber vencido (R\$160 em 2016). A Administração entende que as contas a receber são realizáveis em 31 de dezembro de 2017, não havendo necessidade de provisão para os valores vencidos.

6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2017			2016		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Computadores e periféricos	20	72.395,49	(71.580,55)	814,94	72.395,49	(68.634,92)	3.760,57
Móveis e utensílios	10	174.822,16	(159.221,91)	15.600,25	174.822,16	(157.422,08)	17.400,08
Instalações	10	-	-	-	132.750,55	(132.750,55)	-
Edifícios	4	-	-	-	<u>10.089.202,33</u>	<u>(8.444.842,08)</u>	<u>1.644.360,25</u>
Total		<u>247.217,65</u>	<u>(230.802,46)</u>	<u>16.415,19</u>	<u>10.469.170,53</u>	<u>(8.803.649,63)</u>	<u>1.665.520,90</u>

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	1.665.520,90	2.080.816,21
Adições	-	18.000,02
Depreciação	(397.962,04)	(433.295,33)
Transferências	<u>(1.251.144)</u>	-
Saldo no fim do exercício	<u><u>16.415</u></u>	<u><u>1.665.520,90</u></u>

Em 2017 a administração da entidade avaliou a necessidade de venda dos dois andares do Centro Empresarial - CENESP, localizados no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo – SP que em 31 de dezembro de 2017 e o saldo foi reclassificado para a rubrica “bens disponíveis para venda” no ativo circulante.

7. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	-	7.712,83
Férias a pagar	259.121,66	215.675,82
Gratificações a pagar	406.924,30	596.523,01
Encargos sociais	52.005,73	91.626,93
Outros	<u>58.107,15</u>	<u>59.990,91</u>
Total	<u><u>776.158,84</u></u>	<u><u>971.529,50</u></u>

8. CONTAS A PAGAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de serviços	118.755,30	419.076,18
Contas a pagar com a Bunge Alimentos S.A. (*)	18.828,84	-
Total	<u>137.584,14</u>	<u>419.076,18</u>

9. PROVISÃO PARA RISCOS

Não existem processos com riscos prováveis e possíveis de perda em nome da Entidade.

As declarações de rendimentos dos últimos cinco exercícios sociais e os impostos e as contribuições com períodos variáveis de prescrição estão sujeitos à revisão pelas autoridades competentes.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Transações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Doações recebidas:		
Bunge Alimentos S.A.	2.101.327,28	6.187.963,10
Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia Ltda.	-	125.000,00
Total	<u>2.101.327</u>	<u>6.312.963</u>
Receitas de aluguel (nota explicativa nº 12):		
Bunge Alimentos S.A.	1.925.700	1.925.700
Total	<u>1.925.700</u>	<u>1.925.700</u>

b) Saldos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aluguéis a receber (nota explicativa nº 5):		
Bunge Alimentos S.A.	160.475,04	160.475,04
Total	<u>160.475,04</u>	<u>160.475,04</u>
Contas a pagar (nota explicativa nº 8):		
Bunge Alimentos S.A.	18.828,84	-
Total	<u>18.828,84</u>	<u>-</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social da Fundação é composto pelos bens e valores doados pelas Empresas Mantenedoras, por empresas coligadas e/ou terceiros, para garantir à Fundação a consecução de seus fins, bem como pelos bens e valores provenientes de qualquer outra origem, inclusive aquelas que mantêm financeiramente suas operações, por meio de aluguéis e da realização de atividades para fomentar o desenvolvimento e aprimoramento da educação e sustentabilidade em suas regiões de atuação.

O superávit do exercício sem restrição é transferido anualmente para a rubrica "Patrimônio social" da Fundação.

A reserva constituída foi parcialmente utilizada em 2015, e o remanescente de R\$805 foi utilizado em 2016 de acordo com o avanço do projeto para o qual as contribuições haviam sido recebidas sem que os custos tivessem sido incorridos, tendo sido o cronograma de desembolso atrelado a esses mecanismos.

12. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de aluguéis	1.925.700,48	2.676.529,68
Doações	2.101.327,28	6.312.963,10
Receitas com trabalhos voluntários	209.114,41	280.613,18
Total	<u>4.236.142,17</u>	<u>9.270.105,96</u>

a) Receita de aluguéis

A receita de aluguéis refere-se ao arrendamento de dois andares do CENESP, localizado no bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo - SP, para as Mantenedoras Bunge Alimentos S.A. (R\$ 1.926.700,48 em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.926.700,48 em 31 de dezembro de 2016) e para a companhia Ospace Apoio Operacional Ltda. (R\$750.829,20 em 31 de dezembro de 2016).

b) Remuneração do pessoal-chave e voluntariado

O Presidente do Conselho de Administração e os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal exercem suas atividades de forma voluntária, sem receber nenhuma remuneração nem benefícios, assim como profissionais do Grupo Bunge que eventualmente colaboraram com as ações listadas na nota explicativa nº 13.

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação teria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação, a partir do exercício de 2016, passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive membros integrantes dos órgãos da Administração. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo "Receitas operacionais" em contrapartida do grupo "Despesas operacionais".

No exercício de 2017, a Fundação recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da Administração, no exercício de duas funções administrativas e fiscais, os quais seriam equivalentes ao valor justo total de R\$ 29.946,80. Ainda, a Fundação recebeu trabalhos voluntários no âmbito do Programa Comunidade Educativa, cujos voluntários nos exercícios de suas funções lúdicas e recreativas teriam o valor equivalente justo total de R\$ 179.167,61.

13. DESPESA POR NATUREZA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários e gratificações	(1.662.450,01)	(1.833.176,60)
Férias	(167.795,14)	(171.459,90)
13º salário	(117.449,10)	(122.181,80)
Benefícios a empregados, encargos e contribuições	(1.108.468,98)	(1.046.612,48)
Aluguel de imóveis	(823.133,91)	(395.560,56)
Despesas com telefone e energia elétrica	(42.596,02)	(30.529,77)
Despesas com viagens e passagens aéreas	(281.532,60)	(446.412,27)
Depreciação	(397.962,04)	(433.295,33)
Livros, jornais e revistas	-	(25.045,11)
Gastos com mídia	(183.106,89)	(243.527,77)
Reuniões e eventos	(521.480,00)	(932.162,34)
Serviços especializados e assessoria jurídica	(1.798.657,32)	(1.584.869,35)
Demais serviços profissionais (consultorias artísticas, "retrofit" CENESP e serviços prestados por entidades classistas do terceiro setor)	(15.829,72)	(1.891.278,60)
Doações	(420.000,00)	(420.000,00)
Despesas com trabalhos voluntários	(209.114,41)	(280.613,18)
Outros	(464.193,83)	(284.722,48)
Total	<u>(8.213.769,97)</u>	<u>(10.141.447,54)</u>

Classificadas em:

Custo das atividades operacionais:

Prêmio Fundação Bunge	(1.183.407,99)	(1.358.342,40)
Centro de Memória Bunge	(1.196.487,89)	(1.515.105,04)
Semear Leitores - voluntariado	(722.503,81)	(1.402.349,14)
Comunidade integrada - Pará	(908.630,24)	(1.034.502,00)
Comunidade integrada - Tocantins	-	(51.670,49)
Despesas com trabalhos voluntários	(209.114,41)	(280.613,18)
Comunicação	(681.077,10)	(712.966,16)
Subtotal	(4.901.221,44)	(6.355.548,41)
Despesas com pessoal	(1.554.083,93)	(1.585.972,77)
Despesas gerais e administrativas	(1.744.051,82)	(2.191.263,40)
Outras despesas	(43.351,58)	(8.633,06)
Total	<u>(8.242.708,77)</u>	<u>(10.141.417,64)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Ganhos com aplicações financeiras	736.575,52	1.022.582,12
Outras	<u>571,99</u>	<u>59.071,77</u>
Total	<u><u>737.147,51</u></u>	<u><u>1.081.653,89</u></u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre aplicações financeiras	(127.854,13)	(315.847,16)
Outras	<u>(3.899,86)</u>	<u>(8.308,50)</u>
Total	<u><u>(131.753,99)</u></u>	<u><u>(324.155,66)</u></u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantém aplicações financeiras no montante de R\$ 5.853.865,14 na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (R\$9.324.519,91 em 2016), classificadas na categoria empréstimos e recebíveis. O valor contábil desses instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais equivale aproximadamente a seu valor justo, considerando os critérios de atualização contratados. Durante esse exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em virtude das características e da forma de operação, bem como da posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas originadas do aluguel de imóveis às Empresas Mantenedoras, decorrentes da falha ao cumprimento de suas obrigações. Esse risco é considerado baixo pela Administração.

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é garantir que ela sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade auferir ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras.

16. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em agosto de 2017, a Administração da Fundação se comprometeu com um plano para vender seu imóvel de 2.844 m2 situado na cidade de São Paulo e consequentemente esta edificação está apresentada como ativo mantido para venda.

Não há perdas reconhecidas. A Administração não identificou durante sua avaliação perda ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantidos para venda ao menor entre o seu valor contábil e seu valor justo deduzido de despesas para venda já que o valor justo do referido grupo de ativos é superior ao seu valor contábil.

	<u>2017</u>
Edifícios	<u>1.251.143,67</u>
Total	<u><u>1.251.143,67</u></u>

17. QUADRO DE PESSOAL

Superintendente Geral – Cláudia Buzzette de Calais
Gerente de Projetos Sociais – Juliana Santana Moraes de Oliveira
Coordenadora de Projetos – Carolina de Castro Nunes
Coordenador de Projetos – Paulo Ricardo de Souza Rita
Coordenadora de Comunicação – Anna Lúcia Barcelos Prada
Analista de Comunicação – Maria Claudete Pereira
Coordenadora do Centro de Memória – Ana Isabel Bezerra Ferraz
Analista de Atendimento CMB – Viviane Moraes
Analista Administrativo/Financeiro – Wellington Bezerra dos Santos
Assistente Administrativo/Financeiro – Beatriz Migliorim Sueiro